Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.Unifsanet.com.br/revista
Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 7, art. 7, p. 126-138, jul. 2026
ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983
http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.7.7

O Ensino de Geografia no Contexto do Novo Ensino Médio: A Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas

Geography Teaching in the Context of the new High School Curriculum: Interdisciplinarity in the Humanities

Francisco Welton Machado
Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Piauí
Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piau
E-mail: whi20112016@gmail.com

Raimundo Lenilde de Araújo
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará
E-mail: raimundolenilde@ufpi.edu.br

Endereço: Francisco Welton Machado
Universidade Federal do Piauí, Avenida Universitária - lado ímpar, Ininga, 64049550 - Teresina, PI - Brasil

Endereço: Raimundo Lenilde de Araújo
Universidade Federal do Piauí, Avenida Universitária - lado ímpar, Ininga, 64049550 - Teresina, PI - Brasil

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 02/06/2026. Última versão recebida em 17/06/2026. Aprovado em 18/06/2026.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo enfocar os impactos no Ensino de Geografia no contexto de implantação do novo Ensino Médio, a partir das relações de interdisciplinaridade nas Ciências Humanas. O estudo possui um aporte teórico sustentado nos escritos de Cavalcanti (2018); Santos (1996); e Callai (2010). Discutir a reforma do Ensino Médio no Brasil é uma tarefa que necessita da compreensão do contexto que contribuiu para a instauração dela, principalmente no que diz respeito aos argumentos e propostas que levaram a tal. Além disso, elucidamos aqui também o processo de reestruturação de currículos de todos os estados brasileiros na tentativa de adaptação à nova proposta, que ao longo da história se configura como a décima sétima do ensino médio. Assim, na perspectiva de Callai (2010), a Geografia escolar, assim como a ciência geográfica, tem a função de estudar, analisar e buscar explicações para o espaço produzido pela humanidade. Este componente curricular proporciona condições para que o aluno se reconheça como sujeito que participa do espaço em que vive e estuda, compreendendo que os fenômenos que ali acontecem são resultados da vida e do trabalho dos homens em sua trajetória de construção da sociedade demarcada em seus espaços e tempos. Portanto, a partir do recorte estabelecido, conclui-se que as reformas curriculares, no contexto de implantação do Novo Ensino Médio, provocaram alterações no arranjo curricular das disciplinas. Geografia, portanto, passou a integrar o grupo das Humanidades, sendo assim intensificada a interdisciplinaridade entre a História, Sociologia e Filosofia, essa nova tessitura curricular apresentou desafios e oportunidades de repensar os rumos da Geografia Escolar no Brasil.

Palavras-chave: Reformas Curriculares. Ensino de Geografia. Interdisciplinaridade. Novo Ensino Médio.

ABSCTRAT

This study aims to focus on the impacts on Geography Teaching within the context of implementing the New High School model, based on interdisciplinary relationships within the Human Sciences. The study is theoretically supported by the writings of Cavalcanti (2018), Santos (1966), and Callai (2010). Discussing the High School reform in Brazil is a task that requires understanding the context that contributed to its establishment, especially regarding the arguments and proposals that led to it. Furthermore, we also elucidate here the curriculum restructuring process in all Brazilian states in an attempt to adapt to the new proposal which, throughout history, constitutes the seventeenth high school reform. Thus, from the perspective of Callai (2010), school Geography, as well as geographical science, has the function of studying, analyzing, and seeking explanations for the space produced by humanity. This curricular component enables students to recognize themselves as individuals who participate in the space where they live and study, understanding that the phenomena occurring there are the results of human life and work in their trajectory of building society, demarcated in their spaces and times. Therefore, based on the established framework, it is concluded that the curricular reforms within the context of implementing the New High School model caused changes in the arrangement of disciplines. Geography, therefore, became part of the Humanities group, intensifying the interdisciplinarity among History, Sociology, and Philosophy. This new curricular structure presented challenges and opportunities to rethink the direction of School Geography in Brazil.

Keywords: Curricular Reforms. Geography Teaching. Interdisciplinarity. New High School.

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva de Souza (2020), o ensino médio, última etapa da educação básica, é o período durante o qual os conhecimentos obtidos nos anos anteriores na escola são aprimorados e o momento em que os indivíduos começam a refletir acerca de quais passos desejam seguir. Majoritariamente, os rumos mais prováveis devem ser o mercado de trabalho ou sequência na formação acadêmica através de cursos superiores e profissionalizantes.

A Educação Básica lida atualmente com as implicações da instauração de marcos legais e políticas públicas educacionais que protagonizaram boa parte das discussões sobre educação no Brasil nos últimos anos. Destaca-se nesse cenário, especialmente, a instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela estabelece uma nova referência curricular com desdobramentos e vinculações com várias outras políticas públicas para a Educação Básica. A Base, como é chamada a BNCC, está no centro de um conjunto de demandas que lastreia toda a política pública educacional.

Ajustes para sua implementação estão sendo feitos pelos sistemas educacionais dos estados da Federação, como criar currículos locais com essa nova referência. Em âmbito federal, mudou-se também a política de produção de materiais didáticos, bem como a formação inicial e continuada de professores, que precisaram se orientar por essa nova diretriz. Essas transformações se constituem, assim, em mais um dos desafios com que a Educação Básica precisa lidar. Nesse contexto, a Geografia escolar e os professores dessa disciplina se inserem e estão sendo por elas afetados.

Logo, o componente curricular de Geografia, atualmente, é objeto de um relevante debate no Brasil, relativo a sua permanência ou exclusão no novo modelo curricular flexível, determinado pela reforma do Ensino Médio, pautado na BNCC, na qual o currículo passa a ser reorganizado a partir de áreas do conhecimento, sendo elas: Linguagens e suas Tecnologias (Artes, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa); Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

Assim, na perspectiva de Callai (2010), a Geografia escolar, assim como a ciência geográfica, tem a função de estudar, analisar e buscar explicações para o espaço produzido pela humanidade. Este componente curricular proporciona condições para que o aluno se reconheça como sujeito que participa do espaço em que vive e estuda, compreendendo que os fenômenos que ali acontecem são resultados da vida e do trabalho dos homens em sua trajetória de construção da sociedade demarcada em seus espaços e tempos.

A Geografia, enquanto ciência, possui uma estrutura conceitual própria, além de conceitos compartilhados com outras Ciências. Quando esses conhecimentos científicos são organizados com o objetivo do ensino-aprendizagem na educação básica, ele vai compor a Geografia Escolar. “Como disciplina escolar, tem seus primeiros indícios no Plano de Estudos da Companhia de Jesus, em 1599, nesse período não existia um sistema ou rede organizada no país” (Rocha, 1996, p. 125).

O ensino de Geografia no Brasil remete a meados do século XX e ocorre de forma anterior ao surgimento da Geografia acadêmica. Vários foram os contextos espaciais, históricos, sociais e políticos pelos quais a Geografia escolar e a acadêmica passaram no seu desenvolvimento e consolidação como disciplina obrigatória do currículo da educação básica. A palavra interdisciplinaridade data do século XX. No entanto, a origem intelectual do conceito é mais antiga que as origens da educação interdisciplinar moderna encontradas nos conceitos de currículos interdisciplinares e integrados; abordagens holística, interdisciplinar e

integrada do conhecimento.

O termo interdisciplinaridade é formado pela união do prefixo *inter*, que exprime a ideia de “dentro”, “entre”, “em meio”; com a palavra “disciplinar”, que tem um sentido pedagógico de instruir nas regras e preceitos de alguma arte.

No que concerne à interdisciplinaridade no contexto nacional, esse termo passou a ser utilizado de forma pioneira em dois principais campos distintos: o da epistemologia e o da educação, o primeiro abordado por Hilton Japiassu em suas abordagens epistemológicas influenciado pelas obras de Guusdorfe e Piaget, já no âmbito da educação por Ivani Fazenda.

Para Japiassu (1976, p.74), “[...] A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”. Essa temática é compreendida como uma forma de trabalhar em sala de aula, na qual se propõe um tema com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender, entender as partes de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento, unindo-se para transpor algo inovador, abrir sabedorias, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado. É a busca constante de investigação, na tentativa de superação do saber.

Assim, a BNCC que institui diretrizes para a implantação do novo ensino médio destaca a importância de relacionar o aprendizado da Geografia com a vida cotidiana, tornando os conteúdos mais próximos da realidade dos alunos. Isso os motiva a pensar de forma crítica sobre os desafios do presente e a buscar soluções para problemas locais e globais. Com a interdisciplinaridade, a Geografia se torna ainda mais rica e relevante, preparando os jovens para compreenderem e atuarem no mundo de forma consciente e responsável.

A Geografia enquanto ciência teve no seu processo de sistematização marcas relevantes de características de abarcar conhecimentos que eram de outras ciências, isso acontecia porque talvez não se tivesse um objeto de estudo claramente definido ou pela capilaridade da ciência de discutir e provocar questionamentos que eram identificados com outros campos do conhecimento, a exemplo da Biologia e da Astronomia.

Assim sendo, o presente trabalho visa elucidar os impactos no ensino de Geografia no contexto da implantação do novo ensino médio, bem como as contribuições ou desafios das relações interdisciplinares da educação básica no Brasil. Busca-se, assim, evidenciar as mudanças que ocorreram na prática docente em Geografia na perspectiva das reformas curriculares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Ensino de Geografia na Educação básica e a Interdisciplinaridade no Novo Ensino Médio

A discussão acerca do ensino de Geografia no contexto do Novo Ensino Médio exige compreender, inicialmente, as transformações estruturais que marcaram as políticas curriculares brasileiras nas últimas décadas. A promulgação da Lei nº 13.415/2017 redefiniu a organização curricular dessa etapa da educação básica ao instituir a flexibilização do currículo e a centralidade das áreas do conhecimento, provocando impactos significativos na constituição das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Nesse cenário, a Geografia deixa de ocupar exclusivamente o lugar de disciplina isolada para integrar uma proposta formativa pautada na interdisciplinaridade e no desenvolvimento de competências e habilidades.

Sob esse prisma, as reformas curriculares contemporâneas estão diretamente relacionadas às transformações econômicas, políticas e culturais da sociedade globalizada, influenciando a redefinição dos saberes escolares e das finalidades da educação. Dessa forma, o currículo passa a ser compreendido não apenas como seleção de conteúdo, mas como espaço de disputas, identidades e projetos de sociedade.

No âmbito do ensino de Geografia, a interdisciplinaridade apresenta-se como possibilidade de superação das práticas fragmentadas tradicionalmente presentes na escola. A integração entre Geografia, História, Filosofia e Sociologia favorece análises mais amplas sobre

as dinâmicas sociais e espaciais, permitindo aos estudantes compreenderem a complexidade do mundo contemporâneo.

Destarte, para Santos (1996), o espaço geográfico constitui-se como resultado das relações sociais historicamente construídas, sendo indispensável que o ensino promova uma leitura crítica da realidade e das desigualdades produzidas pelo sistema capitalista. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade não representa apenas uma metodologia pedagógica, mas uma forma de construção do conhecimento, comprometida com a compreensão integrada dos fenômenos sociais, econômicos, ambientais e territoriais.

Tal entendimento aproxima-se da necessidade de um pensamento complexo capaz de romper com a fragmentação dos saberes e favorecer uma formação humana mais crítica e contextualizada.

No Brasil, onde se trata de hierarquização dos níveis de educação, pode-se compreender que a educação básica contempla o ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. Está entre seus principais objetivos assegurar o acesso a conhecimento em diversas áreas para exercer uma cidadania crítica e reflexiva.

Segundo Chervel (1990), as disciplinas escolares na educação básica constituem conhecimentos autônomos produzidos, ao longo de suas respectivas trajetórias no interior do espaço escolar, a partir da interação de diversos agentes, desde o Estado até os professores, alunos e a comunidade escolar. Assim, as disciplinas escolares são passíveis de mudanças e permanências, podendo ser delimitados períodos históricos para seu entendimento.

A partir da promulgação da nova LDB/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/1996, os conteúdos voltam a fazer parte das discussões através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), propondo uma mudança de enfoque aos conteúdos curriculares. Ao invés de um ensino cujo conteúdo seja visto como fim em si mesmo, os PCNs propõem um ensino cujo conteúdo seja visto como meio para que os alunos desenvolvam capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos.

Conforme a LDB 9394/96, o ensino de Geografia deve permear os níveis de Ensino Fundamental e Médio, como disciplina obrigatória. Seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, documento que surge como desdobramento da LDB, ocorre uma reorientação no currículo da escola brasileira e, por consequência, na grade curricular da referida disciplina (Brasil, 1996).

Nesse contexto, os PCNs de Geografia determinam que, no Ensino Fundamental, ela "tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades

humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem" (Brasil, 2017, p. 26).

Para se trabalhar a interdisciplinaridade na disciplina de Geografia, é preciso encontrar quais os pontos do tema que serão abordados e o que se tem em comum com outras disciplinas. É preciso fazer uma ponte entre as áreas que serão trabalhadas, até porque nem sempre vão estar ligadas sob um mesmo ponto de vista.

Para tanto, é fundamental que parta do docente essa habilidade de potencializar os temas que são construtos da Geografia escolar, com a existência de práticas inovadoras capazes de possibilitar uma ampliação do ponto de vista do aluno, em um conhecimento de forma integral

Para o Ensino Médio, o supracitado documento, por meio das Orientações Curriculares

para o Ensino Médio, especifica que a Geografia tem por objetivo "compreender a dinâmica social e espacial, que produz, reproduz e transforma o espaço geográfico nas diversas escalas (local, regional, nacional e mundial)" (Brasil, 2017, p. 43).

A Geografia brasileira se inicia com a sua dimensão escolar, no Período Colonial. Tendo o sistema formal de ensino organizado pelos Jesuítas, normatizado na *Ratio Studiorum*, que consistia em um plano de organização pedagógica e administrativa das instituições jesuíticas em todo o mundo. Entretanto, nesse contexto, a Geografia escolar não possuía autonomia, estando muitas vezes vinculada a outros campos. Rocha (2000, p. 56), observa que:

> Os saberes geográficos eram mobilizados na prática do erudito, ou seja, subsidiavam a compreensão das obras literárias das disciplinas dominantes, como o latim e o grego. Ademais, eram abordados ensinamentos sobre a Terra, em conexão com os conhecimentos da astronomia, da cosmografia, da cartografia e da geometria.

Assim sendo, em relação ao ensino do componente curricular Geografia, é essencial destacar que esse componente está presente em todas as etapas da educação básica, onde a existência de temáticas que compõem o bojo da Geografia escolar torna-se de extrema relevância, sobretudo na contribuição para que o aluno consiga de forma crítica e reflexiva conhecer a dinâmica socioespacial em que está incluído para que, através dos conhecimentos estruturantes, possa agir de forma consciente.

A Geografia, como componente curricular na escola básica, tem por objeto de estudo o espaço geográfico, sendo este o fruto da relação recíproca entre sociedade e natureza. Assim, a

Geografia Escolar tem por finalidade a construção e difusão de saberes que possibilitem o raciocínio geográfico e a consciência espacial (Moreira, 2007).

Dessa forma, o ensino de Geografia deve partir da realidade local dos sujeitos para alargar a visão de mundo e assim abranger globalmente os fenômenos naturais que compõem a ciência geográfica. Nesse sentido, o ensino deve partir sempre da tomada do conhecimento prévio dos sujeitos para promover uma discussão ampla acerca dos fenômenos que compõem as ciências naturais.

Segundo Saviani (1980), o homem não é um ser passivo, mas alguém que reage perante o seu meio natural e cultural, mostrando-se capaz de aceitar, rejeitar ou transformar esse meio. Daí que a formação de um cidadão socialmente consciente e participativo constitua o objetivo primeiro do empreendimento educacional. Nesse sentido, a contribuição da escola se define na perspectiva de possibilitar ao educando condições de desenvolvimento humano que o capacitem a conhecer e compreender a realidade em que vive, para decisões de ação nesse meio.

Cavalcanti (2010) argumenta que o ensino de Geografia na educação básica tem uma grande relevância na formação crítica dos alunos na sociedade e por tal importância faz-se imprescindível trilhar um caminho didático, onde os professores inovem os seus planos de aula, buscando ensinar a Geografia de acordo com a realidade do aluno.

Portanto, a importância da educação geográfica, como a de qualquer dimensão curricular, decorre fundamentalmente da concepção de cidadão que uma sociedade propõe como referencial de orientação ao processo educativo escolar. No que concerne à educação geográfica na educação básica, de forma profícua, é razoável entender que, para a prática pedagógica e o hábito professoral, é essencial a compreensão de estratégias de ensino por meio de metodologias que articulem ciência e realidade, elaborando a dimensão sócio-histórica dos conteúdos escolares.

As reflexões sobre a importância do conteúdo no processo ensino-aprendizagem têm sido motivo de discussões sobre o modo de como se ensina e o que se ensina. Essas discussões ganham corpo com a teoria pedagógica que se propõe a trabalhar o conteúdo de maneira concreta e dinâmica, sendo o aluno o centro do processo educativo, o sujeito de sua própria aprendizagem, e o professor atuando seria o facilitador.

Além de pesquisador, o professor é considerado um profissional com inúmeros saberes. Esta pluralidade de saberes é adquirida no contexto de sua vivência, da formação inicial, adquirida nos cursos de licenciatura e decorrer de sua carreira docente. O processo de mediação

está intrinsecamente relacionado à identidade do professor, por ser adquirido no decorrer da vida.

Seguindo o raciocínio de Tardif (2002), nota-se que os diversos saberes docentes, associados à vivência e identidade do professor dão lugar ao sentido de promover uma educação transformadora. Esse processo ocorre porque o professor está lidando automaticamente com os problemas sociais que ocorrem cotidianamente.

A superação de um ensino de Geografia na educação básica nos moldes tradicionais, baseado em repetições e dando ênfase a uma condição mnemônica, deve ser mobilizado por um conjunto de ações pedagógicas do professor que vão desde o conhecimento técnico das temáticas abordadas pela ciência geográfica até uma reflexão sobre sua forma de abordagem (didática) dentro da sala de aula, podemos colocar também nesse mote o uso de metodologias ativas e dos recursos didáticos não convencionais.

Para enriquecer esse debate, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (2008) na educação básica, o professor de Geografia deve planejar aulas dinâmicas, utilizando recursos didáticos que estimulem os alunos, como por exemplo: aulas práticas, utilização de maquetes, fotografias aéreas, imagens de satélite, recursos lúdicos. Essas diretrizes enfatizam também que as aulas tradicionais e regularmente teóricas na Geografia atual não despertam mais o interesse do aluno, apontando a utilização das metodologias ativas como alternativa metodológica.

O ensino de Geografia na educação básica, portanto, demanda do professor cada vez mais habilidades, haja vista que em tempos hodiernos estamos vivenciando intensas alterações no espaço geográfico. Daí, urge a necessidade do uso de tecnologias, desenvolvimento socioemocional, didática de inclusão, dentre outros, como desafios com os quais o professor se depara em sua vivência profissional.

Conforme Fazenda (1994), a interdisciplinaridade teria sido uma resposta a tal reivindicação, na medida em que os grandes problemas da época não poderiam ser resolvidos por uma única disciplina ou área do saber. Desse modo, no final da década de 60, a interdisciplinaridade chegou e logo exerceu influência na elaboração da LDB, Nº 5.692/71. Desde então, sua presença no cenário educacional brasileiro tem se intensificado e, recentemente, mais ainda, com a nova LDB Nº 9.394/96 e com os PCNs.

Dessa forma, a intenção é situar que o projeto de uma educação com base única e padronizada no Brasil remete a diferentes momentos históricos, marcados por distintas situações políticas e socioeconômicas pelas quais já passou a sociedade brasileira. As

tendências para a educação brasileira não estavam desconexas dos momentos mais marcantes da história econômica mundial e nacional.

Nesse contexto, a importância da Geografia como disciplina curricular obrigatória nas escolas está relacionada à necessidade de desenvolver o pensamento geográfico nos alunos. Isso significa não apenas fornecer informações sobre o mundo, mas também ensinar os alunos a observarem, analisarem e compreenderem criticamente os fenômenos geográficos.

Diante desse cenário, reafirma-se a importância da Geografia escolar como componente essencial para a formação cidadã e para a compreensão crítica das transformações socioespaciais contemporâneas. Conforme argumenta Gomes (2017), a educação deve constituir-se como prática libertadora, capaz de possibilitar aos sujeitos a leitura crítica do mundo e a construção da consciência social.

Assim, o ensino de Geografia ultrapassa a simples transmissão de conteúdos técnicos ou descritivos, assumindo papel fundamental na formação de estudantes conscientes das desigualdades territoriais, dos conflitos socioambientais e das múltiplas relações que estruturam a sociedade contemporânea. Nesse sentido, pensar a interdisciplinaridade nas Ciências Humanas implica reconhecer a necessidade de práticas pedagógicas dialógicas, críticas e humanizadas, que valorizem os diferentes saberes e contribuam para a construção de uma educação comprometida com a emancipação humana e com a transformação social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste estudo permitiram compreender que o ensino de Geografia, no contexto do Novo Ensino Médio, encontra-se inserido em um cenário de profundas transformações curriculares, pedagógicas e institucionais. A reforma educacional implementada nos últimos anos provocou mudanças significativas na organização do currículo escolar, especialmente ao instituir a estrutura por áreas do conhecimento, trazendo impactos diretos para a constituição das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e, consequentemente, para o lugar ocupado pela Geografia no processo formativo dos estudantes.

Nesse contexto, torna-se evidente que a interdisciplinaridade emerge como um dos principais fundamentos da proposta do Novo Ensino Médio. A integração entre os diferentes componentes das Ciências Humanas possibilita a construção de práticas pedagógicas mais articuladas, contextualizadas e próximas das experiências vividas pelos estudantes. A Geografia, ao dialogar com a História, a Sociologia e a Filosofia, amplia suas possibilidades

de interpretação da realidade, favorecendo análises mais complexas acerca das dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais que estruturam o espaço geográfico contemporâneo.

Entretanto, embora o discurso oficial da reforma apresente a interdisciplinaridade como elemento central para a construção de uma educação mais significativa e inovadora, a realidade das escolas evidencia inúmeros desafios para sua efetivação. Muitos professores ainda enfrentam dificuldades relacionadas à ausência de tempo para planejamento coletivo, à carência de formação continuada específica para o trabalho interdisciplinar e às limitações estruturais presentes no cotidiano escolar. Soma-se a isso a insegurança provocada pelas mudanças curriculares e pelas incertezas acerca da permanência e da valorização de determinados componentes curriculares dentro da nova organização do ensino.

Ao longo do trabalho, observou-se também que uma das maiores preocupações em torno do Novo Ensino Médio refere-se justamente ao possível enfraquecimento da Geografia enquanto disciplina fundamental para a formação crítica dos estudantes. Quando os conteúdos geográficos passam a ser trabalhados apenas de forma integrada ou diluída nas áreas do conhecimento, corre-se o risco de reduzir a profundidade das análises espaciais e comprometer a compreensão crítica das relações entre sociedade e espaço. Tal situação torna-se ainda mais preocupante em um contexto marcado pelo avanço das desigualdades sociais, das crises ambientais, das transformações territoriais e das disputas políticas que atravessam o mundo contemporâneo.

Nesse sentido, reafirma-se a importância da Geografia escolar como campo do conhecimento essencial para a formação cidadã. Mais do que transmitir conteúdos, o ensino de Geografia possui a capacidade de estimular a leitura crítica da realidade, contribuindo para que os estudantes compreendam os processos de produção do espaço, as desigualdades socioespaciais, os conflitos territoriais e as diferentes formas de organização da sociedade. Trata-se de uma disciplina que possibilita ao aluno reconhecer-se como sujeito histórico e espacial, capaz de interpretar, questionar e transformar a realidade em que vive.

Além disso, a interdisciplinaridade, quando construída de maneira planejada, colaborativa e crítica, pode fortalecer significativamente o ensino das Ciências Humanas. Contudo, é importante destacar que o trabalho interdisciplinar não deve significar a descaracterização ou o apagamento das especificidades epistemológicas de cada área do conhecimento. Pelo contrário, o diálogo entre as disciplinas precisa ocorrer de forma

equilibrada, respeitando os fundamentos teóricos e metodológicos que constituem a identidade da Geografia enquanto ciência e componente curricular.

Outro aspecto relevante evidenciado neste estudo diz respeito ao papel do professor diante das mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio. Os docentes assumem protagonismo na construção das práticas interdisciplinares, sendo responsáveis por mediar conhecimentos,

promover reflexões críticas e aproximar os conteúdos da realidade social dos estudantes. No entanto, para que isso ocorra de maneira efetiva, torna-se indispensável a valorização profissional, a ampliação das políticas de formação continuada e a garantia de condições adequadas de trabalho nas escolas públicas brasileiras.

Dessa forma, compreende-se que os desafios impostos ao ensino de Geografia no Novo Ensino Médio ultrapassam questões meramente curriculares, envolvendo também dimensões políticas, sociais e pedagógicas. A construção de uma educação verdadeiramente crítica, democrática e emancipadora exige não apenas mudanças estruturais nos documentos oficiais, mas, sobretudo, investimentos concretos na valorização da escola pública, na autonomia docente e na garantia de uma formação humana integral para todos os estudantes.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar as reflexões acerca do ensino de Geografia no contexto das atuais reformas educacionais, estimulando novos debates sobre interdisciplinaridade, currículo e formação docente. Espera-se, ainda, que o estudo possa colaborar para a construção de práticas pedagógicas mais humanizadas, críticas e socialmente comprometidas, reafirmando a importância da Geografia na formação de sujeitos conscientes, participativos e capazes de compreender as múltiplas relações que constituem o espaço geográfico e a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

SOUZA NETO, S. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde Soc**., São Paulo, v. 28, n. 1, p. 135-153, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular:** Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017a. 154 p.

CALLAI, H. C. A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica. In: MORAES, E.; MORAES, B.; MORAES, L. B. **Formação de professores**: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia. Goiânia: Nepec, 2010. p.15-37.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. **BoletimGoiano de Geografia**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 169–173, 2011. DOI: 10.5216/bgg.v19i2.15375. Disponível em: https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/15375.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola, 1994.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. São Paulo: Vozes. 2002.
SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1980, p.40.

CAVALCANTI, L. S. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. in: **I Seminário Nacional: Currículo Em Movimento**, 1., Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: Perspectivas Atuais, 2010.

ROCHA, G. O. R. Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino da geografia escolar brasileira. **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2000.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996a.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, [*S. l.*], v. 2, n. 1, p. 177-229, 1990.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. São Paulo: Imago, 1976.

MOREIRA, Rui. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc..., espaço, tempo e crítica,** [*S . l* .] , v. 1, n. 3, junho de 2007.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

MACHADO. F. W; ARAÚJO, R. L. O Ensino de Geografia no Contexto do Novo Ensino Médio: A Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 7, art. 7, p. 126-138, jul. 2026.

Contribuição dos Autores	**F. W. Machado**	**R. L. Araújo**
1) concepção e planejamento.	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.		X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.		X